



Universidade de Brasília

Instituto de Relações Internacionais

Letícia Fraietta Figueiredo Mesquita

Opinião pública e política externa no governo de Lula da
Silva (2003-2010). Percepções quanto ao Mercosul: um
balanço de diferentes visões expressas na mídia
mainstream digital.

Brasília, 2018

Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais

Letícia Fraietta Figueiredo Mesquita

Opinião pública e política externa no governo de Lula da Silva (2003-2010). Percepções quanto ao Mercosul: um balanço de diferentes visões expressas na mídia *mainstream* digital.

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Tânia Maria Pechir Gomes Manzur

Brasília
2018

AGRADECIMENTO

Formar-me em RI abriu portas para quem eu quero ser. Fez de mim consciente de tudo que me cerca e da realidade em que me situo: o que quero defender, o que desejo mudar e como devo agir enquanto cidadã do mundo. Creio que tenho o dever de agir em prol da humanidade. Que devo retribuir. Que devo compreender as sociedades; que devo trabalhar em favor das liberdades. Sigo em frente para cumprir todo desafio que se apresente à minha frente. Agradeço a meus pais por me mostrarem o real sentido de amor na minha vida. Vou agora, feliz, para o mestrado. E sou feliz em dizer que escolhi a carreira da minha vida.

Resumo: O governo Lula (2002-2010) foi marcado por um período de reconhecida atividade em política externa. Neste contexto, certas políticas para o Mercosul foram formuladas e postas em prática. Neste artigo, é apresentada uma visão panorâmica de diferentes linhas de opinião que avaliaram, por meio de jornais e revistas, a Política Externa Brasileira nestes anos. Faz-se um compilado e uma classificação dessas linhas de argumentação enquanto relacionam-se à pesquisa os principais resultados obtidos da interferência (mútua?) entre *opinião pública*, *mídia* e *política externa*. Além disso, são feitas análises de certos episódios dentro destes períodos históricos dentro da História da Política Externa Brasileira.

Palavras-chaves: Análise de Política Externa; Política Externa Brasileira; Mercosul; Opinião Pública

Abstract: Lula government (2002-2010) was marked by a period of recognized activity in foreign policy. In this context, certain policies for Mercosur have been formulated and put into practice. In this article, a panoramic view of different groups of opinion that have evaluated, through newspapers and magazines, the Brazilian Foreign Policy in these years, is presented. A compilation and a classification of these lines of argumentation is made, while the main results are obtained from their (mutual?) interference with the concepts of public opinion, media and foreign policy. In addition, this work analyses certain episodes inside these historical periods in the field of the History of Brazilian Foreign Policy.

Keywords: Foreign Policy Analysis; Brazilian Foreign Policy; Mercosur; Public Opinion

SUMÁRIO

1. Introdução e metodologia.....	8
Definição de opinião pública.....	9
Opinião pública, mídia e política externa.....	10
2. Desenvolvimento	
A Política Externa De Lula.....	15
O Projeto ALCA – Área de Livre Comércio das Américas.....	17
Projetos.....	24
Dificuldades.....	28
O Brasil na relação Mercosul-Venezuela.....	30
Questionamentos quanto à funcionalidade do Mercosul.....	36
3. Conclusão.....	39
4. Referências bibliográficas.....	42

Introdução e metodologia

O propósito desta pesquisa é expor como a opinião pública – retratada no âmbito dos meios de comunicação pesquisados¹ – expressou-se a respeito de ações tomadas pela agenda de política externa do governo de Luiz Inácio Lula da Silva para o Mercosul (2003-2010). Objetiva-se mostrar como diversas linhas de análise presentes na mídia mainstream digital ao longo deste tempo conviveram e foram capazes de interagir entre si, avaliando o quanto foram influenciáveis na agenda e no processo decisório de política externa. Além disso, objetiva-se também avaliar esses períodos históricos, suas problemáticas, suas possibilidades, riscos e oportunidades que apresentaram para a Política Externa Brasileira.

No período em tela, quando a política externa se mostrou um ponto relevante na política governamental (ALMEIDA, 2004)², é mister apresentar a opinião pública como forma de expressão de vozes e demandas populares dentro de uma democracia. Seja com a finalidade de servir de parâmetro de ação a futuros governantes, ou seja como mero retrato de que a ação dos homens de Estado é constantemente objeto de julgamento e de análise, como deve ser, faz-se conveniente a exposição das ideias e das críticas dos envolvidos.

A metodologia adotada consiste na análise do conteúdo dos discursos encontrados em matérias e artigos publicados em blogs, jornais e revistas, ao longo dos dois mandatos do presidente Lula. Esses discursos consistem tanto da opinião expressa por jornalistas e colunistas como pelas próprias linhas editoriais, bem como opiniões de terceiros. Esta última categoria envolve a opinião contida em entrevistas; a reprodução de discursos de grupos políticos, de acadêmicos, parlamentares, executivos, líderes e de outras pessoas relacionadas de alguma forma com o tema em questão; referências a discursos de outros

¹ Ver bibliografia

² ALMEIDA (2004 p. 1), enfatiza que “a diplomacia do governo Lula ostenta um ativismo exemplar, representado por um intenso programa de diplomacia presidencial (ver lista cronológica de viagens e visitas recebidas[...]), complementado por um ainda mais ativo circuito de contatos, encontros, viagens de trabalho e conversações a cargo do chanceler e, de maneira algo inédita para os padrões do Itamaraty, do próprio Secretário-Geral das Relações Exteriores, funcionário normalmente (e tradicionalmente) dedicado às lides administrativas e aos assuntos de "economia doméstica" da Casa. Tanto o ministro Celso Amorim, como seu principal auxiliar, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, têm conduzido uma das fases mais dinâmicas da diplomacia brasileira em qualquer época histórica. São obviamente divergentes muitas das análises e avaliações que se fazem sobre o mérito relativo de cada uma das iniciativas tomadas por esses responsáveis (assim como pela própria assessoria presidencial), sobre a orientação geral imprimida à política externa, assim como sobre o desempenho efetivo dessa diplomacia inovadora em termos de aumento do "bem-estar" nacional ou do prestígio internacional do País, mas não se pode deixar de reconhecer seu caráter dinâmico e "multi-presencial".

meios de comunicação por estes citados; notas da imprensa; notas oficiais e discursos diplomáticos. Em suma, a análise feita aborda todo tipo de conteúdo referente aos temas em questão presente nos jornais e revistas analisados, e até mesmo na forma como esses meios de comunicação interagem uns com os outros, com a finalidade de captar a percepção que a ação da política externa de Lula teve pela imprensa. Tal percepção está englobada no conceito de “opinião pública”, o qual será evidenciado a seguir.

A pesquisa foi trabalhada sobre certos conceitos, apresentados e explorados aqui como os seus principais marcos teóricos. Explora-se a correlação entre *política externa*, *mídia* e *opinião pública*, inserindo estes conceitos e relacionando-os aos propósitos do trabalho. Ademais, como ponto relevante desta análise, devem ser explorados e delimitados os conceitos fundamentais para a compreensão das principais ideias aqui sugeridas.

Na medida em que se busca analisar a opinião pública concernente à agenda de política externa do governo Lula, um primeiro conceito a ser explorado é o de política externa, aqui compreendida da seguinte maneira:

“[...] é uma política pública, embora com uma especificidade que a diferencia do resto das políticas públicas: o fato de ser implementada fora das fronteiras estatais [...]”.(SALOMON; PINHEIRO, 2013)

Considera-se, portanto, “política externa” como uma política realizada pelas estruturas do Estado, dentro dos limites das instituições estatais para delimitados propósitos. De acordo com Celso Lafer, esta é o resultado de um esforço de um estado de “compatibilizar necessidades internas com *possibilidades externas*”³ (LAFER, 2000) Essas necessidades internas estão diretamente relacionadas a um conceito basilar para este trabalho, que é o de interesse nacional:

“Interesse nacional é a base sobre a qual se constrói a ação estatal [...], com a finalidade de projetar externamente uma imagem positiva e estabelecer condições adequadas para a participação de uma nação no cenário internacional, com o fito de alcançar poder, segurança ou desenvolvimento, expandir suas bases de poder, ou simplesmente angariar apoio e consenso interno ou externo para uma inserção internacional favorável.” (DEUTSCH, 1982)

³ As possibilidades externas relacionam-se à capacidade do país de fazer as articulações que deseja dentro do sistema internacional. Relacionam-se diretamente ao espaço e à relevância do país dentro do sistema, conseqüentemente associando-se às noções de *hard power* (capacidades militares de persuasão e coerção) e de *soft power* (capacidades políticas relacionadas a discursos, à diplomacia, à promoção de valores), das quais este ator se vale para fazer com que os outros exerçam suas vontades.

O interesse nacional consiste na agenda política que o Estado busca cumprir por meio de suas políticas públicas; o resultado do plano das políticas governamentais voltadas para as diversas pautas em que as políticas públicas agem: a economia, a política social, ambiental e, também, a política externa. Segundo Lafer, então, a política externa é um conjunto de meios para que um país busque, dentro do sistema internacional em que está inserido, a realização do seu interesse nacional.

A presente pesquisa surgiu do esforço de dois trabalhos, que possuem diferentes interpretações quanto à relação existente entre opinião pública e formulação/implementação da política externa no país. O primeiro trabalho pretendia, por meio da definição de dois grandes grupos de opinião quanto à política externa de Lula, estabelecer a interpretação de Parte-se do pressuposto, neste trabalho, de que havia uma relação de mútua interferência entre opinião pública e política externa, contexto em que a mídia teria um papel muito relevante para a construção do próprio conceito de opinião pública, e que a construção da política externa pelos agentes burocráticos dependeria muito das vozes reverberadas por meio desta. O segundo trabalho, revisão do primeiro, encontrou outra interpretação na abordagem. Passou-se a considerar que a opinião pública apresentaria uma influência menor na dinâmica de tomada de decisão do governos do que se esperava inicialmente. Tal mudança será desenvolvida, e a justificativa para tal será explorada ao longo desta pesquisa. Como arcabouço teórico primeiramente desenvolvido, utiliza-se a interpretação que a opinião pública exerce um papel importante na definição do interesse nacional. Conforme MANZUR (2009),

é “uma relevante força profunda, que se molda a partir da definição prévia do interesse nacional e tem influência, direta ou indireta, na formulação, implementação e controle das relações internacionais de um país. Em outro espectro, tem-se que a própria definição de interesse nacional é moldada, entre outras influências, pelos rumos que toma a opinião pública.”.(MANZUR, 2009)

A opinião pública engloba a opinião de vários grupos de interesse, de várias esferas da sociedade, de diversos grupos sociais e partes da sociedade civil; estabelece parâmetros para decisões em política externa e pode, ainda, ser vista como plano de fundo para a limitação à elaboração ou implementação da política externa. (ALDEN; ARAN, 2012, P. 55) Ainda segundo MANZUR (2009):

“Opinião pública é o conjunto de diferentes correntes de pensamento expressas em uma localidade, em determinado período, acerca de uma ou mais temáticas,

correntes essas que revelam percepções, visões de mundo, conceitos e preconceitos, ideias e ideologias. Para ser opinião pública, ela deve ter vindo a público, ou ter sido publicada, na medida em que não se pode aferir opiniões não reveladas [...]. Nesse sentido, o conceito engloba a expressão de grupos definidos politicamente (como, por exemplo, o Parlamento, ou os partidos políticos), economicamente (as elites, as camadas populares) e socialmente (os movimentos sociais, entre os quais associações, grupos religiosos, militares) naquilo em que apresentem um consenso, uma unidade em torno de percepções e posições definidas.”(ALDEN; ARAN, 2012; p.p 55-56)

Alden e Aran (2012) ofereceram, em sua obra intitulada “*Foreign policy analysis: new approaches*”, modelos para entender o impacto de fatores domésticos sobre a política externa do estado. Aquilo que os autores compreendem como uma “abordagem pluralista” considera política externa um produto de um ambiente pluralista competitivo, expresso pela interação entre grupos políticos, tomadores de decisão do estado e suas estruturas. De acordo com os atores, o ambiente pluralista é aquele no qual está contida uma miríade de atores sub-estatais e não-estatais na arena doméstica, em seus esforços para exercer influência sobre as instituições estatais e os processos de tomada de decisão.

Esses grupos políticos articulam-se por meio de diversas esferas, dentre as quais, a mídia. O foco da abordagem pluralista está primariamente nas democracias e no papel dos atores não estatais e sub-estatais – principalmente de grupos de interesse, a opinião pública e a mídia – em influenciar os líderes formadores da política externa. (IDEM) Nesse sentido, partiu-se do pressuposto de que uma inserção expressiva na mídia seria prioridade para estados democráticos que buscam a aprovação do público para o percurso particular de uma ação. A mídia é vista, nesse ponto, como caixa de ressonância da opinião pública e também agente formadora da opinião pública, capaz, ainda de influenciar o processo de tomada de decisão dos governos quanto às políticas, incluindo a política externa. Dessa forma, e por meio dessas lentes, foi avaliada, na pesquisa, uma parcela da opinião contida em certos meios de comunicação da imprensa brasileira.

Trabalha-se também, nesse trabalho, com a noção estabelecida por Shapiro e Jacobs (2010) de simbiose ecológica (“*ecological symbiosis*”: tradução livre), segundo a qual o ambiente da informação - no qual a própria relação entre a mídia, o Estado e a opinião pública estão situados - se alimenta da simbiose entre as elites governamentais, a mídia e o público em massa. (SHAPIRO E JACOBS, 2010, p.6). Nesse meio ocorrem interações estratégicas entre políticas e membros da mídia. Interpreta-se que políticos necessitam da mídia para lançar certas mensagens para o público e que a mídia necessita dos políticos para gerarem as notícias. Busca-se, nesse trabalho, caracterizar a mídia como um agente político que seguirá seus próprios interesses, também.

Neste primeiro trabalho, a coleta das fontes primárias foi realizada por meio de uma pesquisa por palavras-chave (“Mercosul”; “Itamaraty”; “Celso Amorim⁴”; “Marco Aurélio Garcia⁵”; “Lula”; “política externa”) em ferramentas de busca de notícias nas redes. A busca resultou em diversas fontes, constituídas por jornais e revistas: Blog de Jamildo (PE); Correio Braziliense (DF); O Estado de S. Paulo (SP); Exame (SP); Folha de S. Paulo e Folha Online (SP); O Globo (RJ); IstoÉ (SP); IstoÉ Dinheiro (SP); Meio Norte (PI); Observatório da Imprensa (SP); Paraná Online (PR); O Povo (CE); A Tarde (BA); A Tribuna (MT); Tribuna do Norte (RN); Valor Econômico (SP) e Veja (RJ). Os discursos contidos nas fontes foram analisados e agrupados conforme o seu conteúdo, a partir da definição do tema geral ao qual se referem, a partir dos conjuntos de ideias a seguir:

- A relação Brasil-Estados Unidos, dentro do âmbito das negociações da Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA); da Organização Mundial do Comércio e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT); da proposta de nova inserção internacional do Brasil com Lula, com ênfase no Mercosul e nas parcerias com países “do Sul global”.
- A relação Brasil-Venezuela, no que diz respeito, principalmente, à entrada da Venezuela no Mercosul e ao papel do Brasil nesse processo de negociação.

Essas duas esferas de análise foram escolhidas por representarem pautas importantes da ação da política externa brasileira durante do governo Lula. (ALMEIDA, 2004). São abordagens que delineiam os principais atos da diplomacia brasileira e refletem, como tais, reverberações de vozes dentro da opinião pública do país, da forma com esta foi definida neste trabalho. A opção da diplomacia brasileira por privilegiar a aproximação pelo Mercosul e pelos acordos no cenário sul-americano, bem como no

⁴ Embaixador das Relações Exteriores Celso Luis Nunes Amorim, em ofício de 1º de janeiro de 2003 a 1º de janeiro de 2011. O papel do Embaixador Celso Amorim representava a imagem da política externa do PT e de Lula. Segundo Almeida (2004), “[a nova diplomacia] traz a marca de um ativismo exemplar, evidenciado em dezenas, ou mais propriamente centenas, de viagens e visitas bilaterais do chefe de governo e seu chanceler, no Brasil e no exterior, ademais da intensa participação, executiva e técnica, em quase todos os foros relevantes abertos ao engenho e arte da diplomacia brasileira, conhecida por ser extremamente profissional e bem preparada substantivamente.”

⁵ Assessor Especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais durante o governo Lula

desenvolvimento de relações mais próximas com parceiros independentes no mundo em desenvolvimento foi definida pelo governo desde o início. A diplomacia brasileira de Lula foi desenhada com vontade de ativismo na América do Sul. De que forma esse objetivo teria botado em risco os potenciais de ganhos brasileiros com a ALCA? Qual seria a voz da opinião pública ao optar o Brasil a fazer esses tipos de relações? Por que é importante saber isso?

Qual o papel desempenhado pelo Brasil no movimento que possibilitou a adesão da Venezuela ao bloco do Mercosul dentro da nova diplomacia brasileira? O que isso representou para o Brasil? Quais seriam os ganhos do Brasil com a entrada da Venezuela para o Mercosul? Mais ainda, o que motivou a política externa brasileira a tomar a atitude de apoiar a entrada do país de Chávez ao bloco econômico?

Outra discussão primordial constatada dentro da opinião pública nos meios de comunicação analisados, que permeava todas as outras discussões, e que se fazia sempre recorrente cada vez que os demais eram evidenciados, referia-se à existência das vantagens estratégicas e econômicas do Mercosul, bem como à própria funcionalidade da organização, ou seja: afinal de contas, valeria mesmo o Mercosul a pena? Este tinha sido um conflito presente desde o início da formação do bloco, e durante o governo Lula, continuou sendo de grande relevância dentro das novas prioridades da política externa brasileira. Muito foi discutido sobre a pertinência do bloco e da vinculação do Brasil a ele, ao se tratar das negociações dentro da Organização Mundial do Comércio (OMC) e das negociações do bloco com a União Europeia, entre outros destaques. A opinião pública concernente a estes aspectos foi também avaliada para os fins da pesquisa. Por que estaria o Brasil ainda vinculado ao bloco? O Mercosul ainda fazia parte da estratégia da política externa brasileira? Esses pontos também serão avaliados no presente trabalho.

De acordo com a qualidade do discurso proferido e mostrando-se os principais argumentos e as motivações dos dois grandes grupos para cada temática posta em evidência, bem como os seus parâmetros de avaliação, os resultados dos discursos proferidos foram divididos em duas linhas da opinião:

- a. Grupos favoráveis (apoiadores, concordantes, não contrários) à política do governo/ Itamaraty;
- b. Grupos desfavoráveis (céticos, críticos, denunciantes, contrários, questionadores) à política do governo/Itamaraty

A partir dessas linhas introdutórias, detectou-se, a seguir, como se movimentou a opinião pública quanto à política externa do Brasil para o Mercosul no governo Lula. Procurou-se ilustrar e caracterizar as linhas de opinião acima referidas, com o intuito de identificar influências mútuas entre a opinião pública expressa na mídia e a política exterior do período sob análise. Quanto à relação Brasil-EUA, observa-se *a priori* que a opinião favorável à atitude do Itamaraty tende a seguir a linha da defesa da soberania nacional. É um discurso pautado no raciocínio de que seguir a linha de negociação da ALCA estabelecida pelos EUA significaria abrir mão de um projeto de crescimento nacional, abrir mão dos interesses nacionais brasileiros e pactuar com uma grande potência que teria interesses, por meio deste acordo, de explorar economicamente as nações menores⁶. O Brasil, enquanto líder dos países pobres, deveria impor-se frente à situação e priorizar as alianças Sul-Sul.

Este discurso faz parte da filosofia de muitos países que sempre estiveram fora da ordem liberal internacional, argumentando que o comércio internacional e o sistema financeiro internacional perpetuavam seu subdesenvolvimento e a subordinação de seus países. Esses países, inclusive, muitos deles, membros do próprio Mercosul, procuravam desenvolver-se protegendo-se da interação econômica internacional e tentando colocar o “desenvolvimento” como principal meta e responsabilidade do aparato do Estado. (Spero; Hart, 2010 p. 6). É o caso do Brasil, cuja política externa sempre tem se pautado, desde a década de 30 na política do nacional-desenvolvimentismo, buscando fora do país parceiros econômicos para financiar um projeto de industrialização econômica.⁷

A política externa de Lula da Silva

A política externa de Lula manteve em muitos aspectos a continuidade da Política Externa Brasileira observada em sua unidade e construída ao longo de décadas pelos formuladores, com as linhas de universalismo⁸, e busca pelo desenvolvimento,

⁷ a busca por autonomia nas relações internacionais só pode ser compreendida quando associada à busca por desenvolvimento. (VIGEVANI; CEPALUNI, 2011, p.37).

⁸ O universalismo surge na política exterior na época da Guerra Fria, quando se faz da “política externa um instrumento eficaz que assegure a contribuição externa para seu programa de ação global, sem adesão prévia a nenhuma grande potência, em virtude de choques inevitáveis de interesses nacionais e mantendo relações com todos os países, sem distinção de seus sistemas políticos” (CERVO; BUENO, 2008 p.p. 377 e 378)

autodeterminação e latino americanismo.⁹ Além disso, destaca-se pela prioridade dada às relações com países emergentes, tendo a América do Sul como seu foco principal entre estes.

Cervo e Bueno (2008), também destacam que foi uma política externa que buscou a inserção internacional interdependente do Brasil:

“A característica básica das relações econômicas internacionais (de Lula) consiste na busca da real interdependência, isto é, da reciprocidade na realização de interesses, por meio da negociação em múltiplas esferas e da internacionalização econômica. Desde 2003, a negociação incorpora essa economia política e se modifica na OMC, na ALCA e com a União Européia, bem como na articulação de coalizões com países emergentes. A estratégia tem por fim fortalecer laços com o maior número possível de nações, blocos e regiões, independentemente da posição geográfica, porém com ênfase no hemisfério sul, por onde melhor desfilam os interesses brasileiros [...]. Entende-se desse modo a rejeição dos ratados de livre comércio, a busca de parcerias e coalizões ao sul, o reforço do Mercosul, a construção da unidade econômica sul-americana, todos estes sendo traços do realismo da política exterior. Enquanto o norte oferece pouco, além de grande mercado, e exige muito em termos estruturais, as relações com o sul são as mais favoráveis [...]” (CERVO E BUENO, 2008, p. 498 e 489)

Essa nova forma de inserção internacional buscava colocar o Brasil em uma posição mais forte de negociador. Interpretava que havia uma relação de forças na ordem internacional entre países ricos, do norte, e países em desenvolvimento, do sul, e priorizava as relações com os últimos para alterar a correlação de forças em favor desse grupo – como se fosse necessária a criação de “contra poder” dos emergentes dentro do cenário internacional –, sendo o Brasil um líder desse movimento.

Nesse sentido, Cervo e Bueno explicam que a política externa de Lula, no cenário internacional, “democratizou a globalização.” (CERVO E BUENO, 2008, p. 493) Desde a Conferência da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Cancun, 2003, no entender da diplomacia brasileira, os emergentes deveriam tomar parte na confecção das regras legítimas e justas em favor de si na organização. Para criar contra poder, a diplomacia brasileira empenhou-se em formar coalizões ao sul, das quais a mais relevante em razão de sua influência foi o G20, grupo de países organizado por ocasião da Conferência.

⁹ “Se o desenvolvimentismo vinculado à política exterior foi mais visível durante a Segunda Guerra Mundial e à época da Operação Pan Americana (OPA), o latinoamericanismo foi mais relevante no governo Dutra, nas negociações do imediato pós-guerra e também nos anos da OPA, enquanto a autodeterminação foi mais expressiva à época da Política Exterior Independente (PEI) [...] A partir da Revolução de 1930, e principalmente no Estado Novo, o desenvolvimentismo tornou-se o vetor da política exterior brasileira.”(DORATIOTO; VIDIGAL, 2014, p.58)

“O propósito de democratizar a globalização agrega traços concretos à política exterior: reforço do papel do Estado como negociador internacional, defesa soberana dos interesses nacionais, inclusive do grande negócio que se globaliza, alianças com países emergentes de idênticos objetivos, a começar pelos da América do Sul, diálogo cooperativo e não mais subserviente com os países avançados [...]”

O conceito de “democratizar a globalização” está diretamente ligado outro conceito, também estabelecido por Certo e Bueno, presente na Política Externa do Governo Lula, o de “Multilateralismo da reciprocidade”, que advogava, no cenário da OMC pela liberalização do mercado agrícola e pelo fim dos subsídios na Europa e nos EUA; pelo fim das concessões na área do comércio de manufaturados e pelo estabelecimento de “reciprocidade” de benefício no comércio entre ricos e emergentes. (CERVO E BUENO, 2008, p. 501) Demandavam a existência de normas para regular o comércio internacional sem as quais iria prevalecer a disparidade de poder em benefício das grandes potências. (CERVO E BUENO, 2008, p. 497). A diplomacia brasileira de Lula atuou com ativismo no sentido de defender esses ideais. Não havia mais concessões brasileiras se não houvesse concessões recíprocas também dos países desenvolvidos com quem o Brasil negociaria. Além disso, advogava-se em favor de uma alteração no padrão de trocas entre o norte e o sul – considerado desigual, segundo o Brasil – no que se refere aos subsídios à produção e ao protecionismo agrícola, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Nesse mesmo sentido, a diplomacia de Lula deu nova interpretação à diplomacia do desenvolvimento: possuía o mesmo ideal de manter a funcionalidade da política externa voltada para o desenvolvimento econômico, científico e social; porém encaixava-se dentro do quadro de um projeto nacional, marcado pela vontade de integração brasileira soberana na economia internacional e pela demanda por mudança nas relações de força do mundo, que desejava fazer os países emergentes serem mais hábeis a negociar internacionalmente. (ALMEIDA, 2009, p. 17) Sobre isso, Almeida (2009), comentou:

“Num sentido amplo, as autoridades diplomáticas e políticas brasileiras tinham a propor aos parceiros regionais e a outros países em desenvolvimento exteriores à região uma coalizão do Sul para “mudar as relações de força no mundo” (ou o “eixo da política mundial”), bem como para viabilizar a criação de uma “nova geografia comercial”, feita bem mais de intercâmbio no sentido Sul-Sul do que de uma suposta “dependência” do comércio “desigual” com o Norte. O que, de fato, os países cortejados pelo Brasil perceberam foi [...] o desejo de imprimir sobre a América do Sul a marca dos interesses econômicos brasileiros, ou seja, [...] objetivos nacionais apresentados como sendo a expressão de uma nova ordem multilateral contemplando o interesse de todos.” (ALMEIDA, 2007, p. 14)

Em razão dessas motivações, o Brasil articulou várias empreitadas diplomáticas. Logo no início do mandato de Lula, foi criado o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), com o objetivo de formular discussões sobre a reforma das estruturas de governança global. Além do fórum, o Brasil articulou a constituição do G-20, em ocasião da reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Cancun, visto como uma ferramenta crucial para o alcance dos objetivos de mudança na “correlação de forças” e de criação de uma “nova geografia comercial internacional” (ALMEIDA, 2009, p.p. 17 e 18)

A Área de Livre Comércio das Américas - ALCA

A Área de Livre Comércio das Américas foi um projeto idealizado pelos Estados Unidos durante a Cúpula das Américas, em Miami, em dezembro de 1994. Havia já sido planejada em 1993, sob apoio do Mercosul, da Colômbia e da Venezuela, por iniciativa do presidente Itamar Franco, a possível formação da Área de Livre Comércio Sul Americana (ALCSA), que foi substituída pelo novo projeto liderado pelos americanos. (CERVO; BUENO, 2008, p.487.) O objetivo do acordo seria o de buscar a construção de uma zona de livre comércio englobando 34 países americanos, na qual barreiras à circulação de mercadorias, bens, serviços e investimentos buscariam ser progressivamente eliminadas.¹⁰ Desde sempre a diplomacia brasileira mostrou-se contrária aos moldes de acordo dos Estados Unidos. Cervo e Bueno explicam:

“O Brasil foi o único país americano a dizer não aos moldes com que George Bush propôs, em 1991, a Iniciativa para as Américas, reafirmada pela Cúpula dos 34 países americanos em Miami, em 1994, na de Santiago, e 1998, e na de Quebec, em 2001. Desse modo, os ministros dos 34 países que se reúnem anualmente para negociar o processo de formação da ALCA não chegam a conclusões convergentes para provocar decisões concretas durante as cúpulas. A integração da América do Sul foi alçada ao nível de condição prévia para a integração hemisférica pela diplomacia brasileira. Os argumentos em favor dessa estratégia eram três: a expansão dos interesses comerciais e empresariais brasileiros sobre a região, a consequente elevação de seu desempenho e competitividade e a percepção de que a proposta norte-americana destinava-se a alijar a hegemonia brasileira em benefício próprio.” (CERVO; BUENO, p.p 487)

¹⁰ Summit of the Americas, Declaration of Principles, 1994a, p. 2.

De acordo com a visão construída pelos não apoiadores da ALCA, entrar em um acordo com os Estados Unidos significaria abrir mão da própria soberania brasileira, porque a ALCA seria uma estratégia imperialista desse país. Explica-se que “Na América Latina, o maior saldo comercial dos Estados Unidos se dá na área de bens e serviços em particular em setores intensivos em tecnologia. Por isso, existe empenho dos Estados Unidos na OMC e na Alca em favor da liberalização do setor de bens e serviços” (LEHER, 2003. p.26).

Leher, explicara, em um importante trecho, seus argumentos:

“A política externa dos Estados Unidos tem sido exitosa na liberalização do mercado mundial, articulando o conjunto do capital em favor da criação de um novo âmbito unificado de acumulação. A Rodada Uruguai do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT, concluída em 1994, reduziu as tarifas aduaneiras dos países industrializados e promoveu vigorosa abertura comercial nos países periféricos. Com a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), novas fronteiras se abriram para as corporações, pois áreas até então protegidas por leis nacionais passaram a ser crescentemente liberalizadas - investimentos, serviços, compras governamentais - ao mesmo tempo em que novas atividades passaram a ser commodificadas, como o conhecimento (propriedade intelectual), educação, assistência e previdência social, etc. Observe-se que a OMC não se limitou a abolir barreiras aduaneiras, mas forçou a flexibilização de leis nacionais para que as corporações possam ser, de fato, senhoras do mercado. Os avanços obtidos na OMC serviram de plataforma para investidas mais ousadas, como o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) e a Alca”.

Explica, ainda como isso pode afetar a relação de poder com a América Latina:

“Em termos mundiais, 60 mil empresas controlam esses fluxos de investimentos. No caso do investimento externo direto continental, os Estados Unidos concentram entre 70 e 85% do total, o que comprova a extraordinária assimetria em relação aos demais países da região. 4 Se, para os Estados Unidos, a Alca pode assegurar uma expansão dos negócios, a redução de seu déficit externo e o fortalecimento de sua hegemonia mundial, quais seriam as principais conseqüências políticas, econômicas e sociais para a América Latina?” (LEHER, 2003, p. 26)

Quando se analisa o sistema de preferências pretendido pelos Estados Unidos na OMC, o GATT (Acordo Geral Sobre Comércio e Serviços), percebe-se que conforme a cláusula da nação mais favorecida, nada pode impedir a uma parte prestar serviços "como se nacional fosse" em atividades como: execução da lei, serviços de readaptação social, pensão ou seguro desemprego, seguridade social, bem-estar social, educação pública (isso vale obviamente para as universidades), capacitação pública, saúde e proteção infantil. Aplica-se aqui o tratamento nacional e a presença nacional. Dos serviços (inclusive públicos), somente estão excluídos o transporte aéreo e os regulados como financeiros. O

futuro crescimento dos serviços prestados por províncias deve obedecer a essas normas do tratamento nacional. “Desse modo, as empresas estadunidenses não poderiam sofrer qualquer discriminação ao instalar uma filial, uma representação (como um escritório de firma de transporte), ou mesmo a simples oferta de um serviço, inclusive via internet (educação), devendo receber tratamento não menos favorável do que aquele concedido a serviços e prestadores de serviços similares de qualquer outro país ou, ainda, domésticos.” (LEHER, 2003. p.27). Segundo esse pensamento, as empresas estrangeiras teriam vantagem sobre as empresas locais, o que aumentaria o poder relativo dos Estados Unidos e de suas corporações no contexto regional

Também se argumenta que muitos países, como o Brasil, necessitariam passar por processos de reestruturação interna para serem capazes de se sustentar num bloco com economias tão grandes quanto a ALCA. A começar, setores como o de transporte e o de energia demandariam bilhões em investimento em questões de infraestrutura, por exemplo. Além disso, argumenta-se que grande parte de nossas indústrias não seriam capazes de competir com indústrias do porte de estadunidenses, no setor de manufaturas. Grande parte das empresas não estão no mesmo patamar de desenvolvimento quando comparadas às corporações estadunidenses.

No Plano de Ação da Área de Livre Comércio das Américas - ALCA acordos relativos à agricultura, a direitos de propriedade intelectual, a compras governamentais, a regras de origem, a padrões e procedimentos sanitários, a mecanismos de solução de controvérsias, a direitos compensatórios e a políticas de defesa da concorrência também estavam previstos. Firmou-se um prazo de quase 11 anos para que as negociações fossem concluídas, no ano de 2005.¹¹

Foi relatado na BBC Brasil:

“O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, afirmou nesta sexta-feira em Tóquio que o Brasil não pode concordar com o que chamou de abordagem "dividida ou segmentada" dos Estados Unidos diante da questão comercial no continente americano.

Ele se referia à proposta de Washington para a redução diferenciada de tarifas de importação entre os países da Alca – a Área de Livre Comércio das Américas – privilegiando produtos exportados pelas regiões do Caribe, centro-americana e andina e reservando ao Mercosul o que o chanceler classificou como "pior oferta".

Celso Amorim fez o comentário depois de se reunir com o representante de Comércio dos Estados Unidos, Robert Zoellick, na capital japonesa, onde eles se encontram para participar do encontro "mini-ministerial" da OMC – Organização Mundial do Comércio – patrocinado pelo governo japonês.[...]

Ele disse que o mais importante para o Brasil, como co-presidente da Alca com os Estados Unidos, seria apresentar o que chama de "proposta única" para

¹¹ Summit of the Americas, Plan of Action, 1994b, p. 7.

redução de tarifas – possivelmente a uma taxa uniforme de 36% em todo o continente. Para o ministro, "ou se fala de uma única Alca ou de vários acordos" comerciais na região.." (BBC, 2003)

No primeiro ano de governo Lula, em 2003, os meios de comunicação exibiam a discussão de como o Brasil deveria se posicionar frente às negociações. Em um artigo de Carlos Eduardo Palhano para a Revista EXAME, dizia-se que “Do jeito como a proposta americana foi feita, se o Brasil aceitá-la, corre o risco de pôr em xeque a sobrevivência de alguns setores da indústria nacional e, conseqüentemente, de sacrificar o crescimento econômico do país.”¹² Este foi o teor também do discurso que o então ministro das Relações Exteriores, chanceler Celso Amorim, já adotara durante o XV Fórum Nacional, ao reforçar, também, a necessidade de ampliação da presença brasileira no Mercosul. De forma como haviam sido apresentadas, as propostas para a ALCA não eram “favoráveis aos interesses do País”¹³ e, ao explicar a postura brasileira nas negociações, o chanceler apontou que:

“A Alca só tem sentido, para o Brasil, se facilitar as exportações para os EUA. Seria uma insensatez não ter interesse no mercado dos Estados Unidos. Essa é a finalidade da Alca para nós [...]. Se fosse só para ter acesso aos mercados de outros países latino-americanos, poderíamos usar outros meios. O Brasil prefere uma negociação mais lenta e cuidadosa, porque se situa num ponto intermediário. Quer aumentar sua pauta de exportações, já diversificada, mas tenta proteger um setor interno de serviços ainda nascente e um parque industrial ainda em adaptação aos padrões de competitividade global. A verdade é que outros países latino-americanos não têm as mesmas preocupações com política industrial e desenvolvimento que o Brasil e o Mercosul”¹⁴

Antes disso, tinha falado o Ministro durante discurso no XV Fórum Nacional:

“Uma primeira ordem de considerações se refere à própria noção de ‘inserção global’ e ao conceito de ‘globalização’. Está claro, hoje, que os benefícios da chamada globalização afluem apenas a uma pequena parcela da humanidade, e que o processo como tal está eivado de assimetrias. Sabemos que estes desequilíbrios não se dissiparão espontaneamente. Ao voltarmos os olhos para o mercado internacional de bens, serviços, tecnologia, temos que nos perguntar se devemos nos resignar a tentativas de integração sem qualificações no contexto vigente, ou se nossa inserção global pressupõe um esforço - em coordenação com outros parceiros governamentais e não governamentais - pela promoção de condições mais equânimes de competição e distribuição de frutos. Como atesta a participação do Presidente Lula nos foros de Porto Alegre e Davos, o Brasil passou a assumir uma posição de liderança na busca de um novo paradigma, no âmbito desta segunda alternativa.

A busca da conciliação entre as agendas do crescimento econômico e do desenvolvimento social, defendida pelo Brasil, envolve um questionamento de

¹² “Que estratégia o Brasil deve adotar ao negociar a Alca?”. Revista EXAME. São Paulo, 12/02/2003

¹³ “Governo endurece negociação para a Alca”. O Estado de S. Paulo. São Paulo, 21/05/2003

¹⁴ “Negociação da Alca não satisfaz, diz Amorim”. Revista EXAME. São Paulo, 13/05/2003

postulados que, por diferentes razões, se revelem incapazes de produzir resultados positivos para os países menos desenvolvidos. Entre estes postulados, figura o de que a liberalização comercial e a desregulamentação necessariamente potencializam o efeito gerador de riqueza do comércio internacional. Se é verdade que, em teoria, a liberalização deveria induzir a uma alocação mais racional de recursos, na prática, alguns dos principais defensores dos benefícios da liberalização não hesitam em cercar-se de regimes de exceção para os setores em que demonstram vulnerabilidade - coincidentemente aqueles em que os países em desenvolvimento possuem vantagens comparativas. Assim sendo, no mundo real não estão dadas as condições para que o livre funcionamento do mercado se transforme em alavanca para o crescimento econômico, com uma repartição mais justa de ganhos. Desta constatação decorre a importância de um esforço sustentado pelo nivelamento das condições de concorrência, em todo o espectro de itens da agenda do comércio internacional.

Caberia distinguir, de antemão, entre os diversos exercícios negociadores em que estamos envolvidos - como o da Rodada de Doha na OMC, da ALCA, entre o MERCOSUL e a União Europeia - e os projetos de fortalecimento do MERCOSUL e aproximação com os demais países da América do Sul. A agenda de estreitamento de laços em nível regional constitui um projeto de integração multifacetado, semelhante ao da União Europeia. As negociações na OMC, da ALCA e com os europeus se pautam por uma lógica mais estritamente econômica, e pelo óbvio interesse na conquista de maior espaço para nossas exportações e maior participação no comércio internacional. Dadas as disparidades econômicas entre os participantes nessas negociações, e tendo em vista as iniquidades das regras e práticas hoje prevalentes - e o risco de seu agravamento - esse objetivo é indissociável de um esforço concomitante de diminuição das restrições à nossa capacidade de fomentar políticas autônomas de desenvolvimento e de correção de distorções [...]"¹⁵

Percebe-se que Amorim vem de um discurso estruturalista. O comércio internacional e a inserção global acentuam, não diminuem, desigualdades. A inserção global não serve como um motor para um crescimento, mas sim aumenta a disparidade entre o norte e o sul, e o Brasil, como forte líder dos países emergentes tem o dever de diminuir essa disparidade.

O Ministro coloca quase como dicotômicas as relações entre liberalização de mercado, de um lado, e política de desenvolvimento, do outro. As raízes do nacional-desenvolvimentismo brasileiro, adotado por Celso Amorim durante o governo Lula, emergiu pela primeira vez como relevante linha de conduta da política externa brasileira com o Estado Novo, no início do primeiro governo de Vargas. Sintetizava a busca do desenvolvimento tendo como meio a política exterior expressava a meta de crescimento da produção industrial e da infraestrutura, com participação ativa do aparato estatal.. A

¹⁵ BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. Palestra do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, sobre o tema "Inserção Global do Brasil: OMC, Mercosul, ALCA, Zona de Livre Comércio do Brasil com a União Européia", pronunciada pelo Ministro de Estado, interino, Bem. 2003. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/7555-palestra-do-senhor-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-embaixador-celso-amorim-sobre-o-tema-insercao-global-do-brasil-omc-mercosul-alca-zona-de-livre-comercio-do-brasil-com-a-uniao-europeia-pronunciada-pelo-ministro-de-estado-interino-embaixador-sa>>

ideia de ter que proteger a indústria nacional da concorrência externa dos mais fortes para não prejudicar o produto e o emprego locais, e de caber ao Estado a indução da industrialização através intervencionismos e promoção de políticas públicas, é uma das premissas do pensamento do economista desenvolvimentista argentino Raúl Prebisch, que tem guiado os pensamentos dos tomadores de decisão brasileiros no aspecto econômico, de uma forma geral.¹⁶

O desenvolvimentismo, pensamento econômico brasileiro, foi estruturado em defesa da industrialização. Suas ideias-força eram: 1) a industrialização é a via da superação da pobreza e do subdesenvolvimento; 2) intervenção ativa do Estado para industrialização, que não dará apenas mediante impulsos do mercado (intervencionismo); 3) o planejamento estatal deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos necessários; 4) a participação do Estado na economia é benéfica, captando recursos e investindo onde o investimento privado for insuficiente. (PEREIRA, 2011)

Cabia a Celso Amorim ser o porta-voz desses princípios – sempre defendidos pelo Partido dos Trabalhadores – na política externa. À política externa desempenhar, durante o governo Lula, um papel no processo brasileiro de desenvolvimento, inserindo-se num planejamento ainda maior, marcado pelo desejo de integração soberana na economia mundial e pela alteração nas “relações de força” do mundo. É o que se definiu, para alguns teóricos, como “diplomacia do desenvolvimento”.¹⁷

No mesmo contexto do discurso anteriormente citado, o Ministro Amorim também demonstrou insatisfação com a postura dos EUA de tentarem transferir ao âmbito da OMC os temas de interesses brasileiros, entre eles, primordialmente concernente à necessidade de redução dos subsídios agrícolas por parte dos EUA.¹⁸ Neste contexto, foi percebida a demanda por parte do setor rural brasileiro pela sua maior proteção, enfatizando a necessidade de eliminação dos subsídios. A Confederação de Agricultura e Pecuária no Brasil (CNA) estimava que a ALCA pudesse aumentar em 8 bilhões de dólares os ganhos com as exportações do setor agropecuário brasileiro, fossem sanadas efetivamente as barreiras comerciais de todos os países envolvidos no acordo.¹⁹ Somente

¹⁶ FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil, 22 ed., São Paulo: Editora Nacional, 1987.

¹⁷ ALMEIDA, Paulo Roberto de. O Brasil como ator regional e como emergente global. Estratégias de política externa e impacto na nova ordem internacional. *Cena Internacional* Brasília: UnB-IREL, vol. 9, nr 1, 2007, p

¹⁸ “Negociação da Alca não satisfaz, diz Amorim”. Revista EXAME. São Paulo, 13/05/2003

¹⁹ “Agricultores defendem postura mais agressiva do Brasil na Alca”. Revista EXAME. 05/05/2003.

nesse cenário, então, seria interessante para o setor que o Brasil fosse em frente com as negociações.

Almeida (2004), descreve:

“No que se refere à agenda diplomática propriamente dita, [a diplomacia do governo Lula] pode ser ressaltada a postura essencialmente crítica assumida em relação à globalização e à abertura comercial, com um maior empenho na reafirmação das posições tradicionais do Brasil em matéria de negociações comerciais (busca de acesso aos mercados dos países desenvolvidos, com a manutenção dos mecanismos que favorecem países em desenvolvimento)”

Quando se analisa dessa maneira, percebe-se que há quase uma dicotomia presente entre o projeto da ALCA e o modelo de inserção regional do Brasil para o Mercosul. É quase como se um estivesse em contraposição ao outro. Como se o Brasil devesse, em nome do representante e líder regional da América do Sul, abster-se de formar relações com outros países que não fossem parte do protótipo de países com os quais o Brasil se relaciona prioritariamente. O Brasil parece ter se apegado a um discurso de parcerias ideais.

Num sentido amplo, as autoridades diplomáticas brasileiras queriam formar os parceiros regionais e a outros países em desenvolvimento uma “coalizão do Sul” para mudar as relações de força no mundo, no intuito de viabilizar a criação de uma nova geografia comercial. Essa nova geografia feita bem mais de intercâmbio no sentido Sul-Sul e almejava acabar com a relação de dependência que o Sul tem com relação ao Norte. (ALMEIDA, 2007)

Algumas teses explicam razões do atraso das economias latino-americanas em relação aos países desenvolvidos. A Teoria *Centro versus Periferia*, da Cepal, explica que a divisão internacional do trabalho produz efeitos diferenciados entre países ricos (centro) e pobres (periferia). O progresso técnico se expandiu de maneira desigual: no centro, foi mais rápido e elevou a produtividade de todos os setores econômicos; na periferia – relegada à função de produzir alimentos e matérias-primas para o centro – a difusão do progresso técnico era restrita ao setor exportador, não se propagando pelo resto do sistema produtivo. Dessa forma, essas economias eram menos competitivas internacionalmente. (PEREIRA, 2011).

Também da Cepal, a teoria da Deterioração dos termos de troca é uma contestação à teoria das vantagens comparativa, de Ricardo. Em vez de os ganhos de produtividade do centro serem transferidos para a periferia, ocorreria o contrário. Como os preços dos produtos primários, produzidos pela periferia, sofriam constante desvalorização – em

contraste com os preços dos bens industrializados vendidos pelo centro – resultava uma crescente perda nas relações de troca da periferia com o centro. Havia desvantagem comparativa no intercâmbio entre os países que se especializaram em produzir alimentos e matérias-primas e aqueles especializados na produção de bens industriais, os quais agregavam maior valor. A razão para isso é que, com o avanço do progresso técnico intensivo em capital e poupador de matérias-primas no centro, a demanda externa por produtos primários da periferia tende a ser decrescente ao longo do tempo, gerando um descompasso estrutural entre oferta e demanda que se reflete em queda sistemática dos preços.

Os projetos

O projeto Mercosul era visto em dicotomia com o projeto EUA na ALCA e EUA na OMC. Isso estava claro nos líderes da nossa política doméstica e externa. Seria melhor para o Brasil e mais favorável para nós, enquanto líder do Mercosul, favorecer os nossos vizinhos em detrimento de um país que tem interesses imperialistas nessa região. Regionalismo em favor de universalismo.

Além disso, havia a tese da inflação como um problema estrutural, chocando-se com a visão liberal que via a inflação como um fenômeno conjuntural, basicamente decorrente do aumento da quantidade de moeda na economia. Para a Cepal, a principal causa da inflação era a rigidez da oferta de alimentos, cuja expansão era dificultada pelas condições pré-capitalistas ainda existentes no setor agrícola (concentração fundiária) e a dupla pressão exercida sobre a agricultura, seja como produtora de alimentos exigida pela rápida urbanização, seja como fornecedora de matérias-primas exigida pela expansão industrial. monetarismo),

Considerando o atraso da indústria dos países periféricos em relação à dos países do centro do sistema capitalista, a Cepal defendia a implantação de tarifas e subsídios como forma de compensar a diferença de produtividade entre os produtos locais e os importados (PEREIRA, 2011 p.124). Por isso a ALCA nunca fez sentido para a nossa política externa. Por isso, abrir nossas portas para produtos manufaturados importados não tende a ser interessante para nossa indústria incipiente. Tendo como parâmetro que a industrialização é o caminho do desenvolvimento, a Cepal propunha a substituição do padrão de crescimento “para fora” (voltado para o mercado externo) pelo padrão “para dentro” (baseado no mercado interno). Este último seria sustentado pela indústria

substitutiva de importações. Dessa forma, talvez não fizesse muito sentido um bloco comercial formado por países cuja industrialização se pautava na substituição de importações, porque a liberalização comercial e a redução de tarifas nunca iria encontrar grandes prioridades nas políticas de estado.

Outros grupos sociais também se mobilizaram contrariamente à ALCA. Observado pela Folha de S. Paulo, a Coordenação dos Movimentos Sociais promovia campanhas contrárias à presença brasileira no bloco, e declarava apoio ao projeto de decreto legislativo 71/2001, do então senador Saturnino Braga (PT-RJ), que requeria um plebiscito nacional sobre a decisão de o Brasil continuar ou não as negociações.^{20 21}. O manifesto redigido, entre outros pontos, declarava que a ALCA,

“[...] disfarçada de acordo comercial, é a tentativa de subordinar legalmente toda a economia dos países que assinarem o acordo, inviabilizando qualquer pretensão a um projeto próprio de desenvolvimento nacional e sub-regional. Essa proposta, iniciada pelos EUA, significaria uma dominação ainda maior na nossa economia pelas empresas transnacionais. A ALCA representa uma grave ameaça para o emprego e para os direitos da classe trabalhadora, para nossa cultura e para os costumes do nosso povo.”²²

A partir da rodada de negociações da OMC de setembro de 2003, em Cancun, é percebida uma reverberação na opinião pública sobre o papel que Celso Amorim passava a ter no cenário das negociações internacionais. Em uma matéria da revista EXAME, publicada logo após as reuniões, sustenta-se que Amorim “tinha sido alçado ao posto de porta-voz e principal negociador do recém-criado G22, o grupo de países em desenvolvimento liderado pelo Brasil que agitou o encontro ao bater de frente com gigantes comerciais”²³. Principal pauta de discussão brasileira na OMC, os termos defendidos por Amorim apontavam que a redução das distorções nos subsídios agrícolas era imprescindível para o acesso dos países em desenvolvimento ao mercado internacional de maneira competitiva. Ao formar o G22, grupo envolvendo os principais países subdesenvolvidos, a política externa lulista encabeçada por Amorim sinalizava uma nova polarização nas relações internacionais, por almejar contra-balancear os interesses dos países ricos na Organização, no contexto os Estados Unidos, a União Europeia e o Japão, formando uma aliança política de países do sul global disposta a recusar as medidas protecionistas dessas potências e a lutar por mais acesso a esses

²⁰ “Grupos sociais mobilizam-se contra Alca”. Folha de S. Paulo. 10/09/2003

²¹ “Movimentos sociais promovem campanha por plebiscito da Alca”. Folha de S. Paulo. 08/11/2003

²² Campanha Contra a Alca: “Meu voto é contra a Alca e o livre comércio “. Rede Jubileu Sul/Brasil – Campanha Nacional contra a ALCA, as Dívidas e a Militarização. 03/04/2004.

²³ “Empate em Cancun”. Revista Exame. 25/09/2003

mercados. Simbolicamente, o G22 passou a representar, sob a liderança brasileira, um marco na correlação de forças dentro da OMC.

A partir de então, pouco resultado concreto foi obtido, durante todo o governo Lula, em respeito às negociações da Área de Livre Comércio das Américas. A diplomacia brasileira, em conformidade com sua defesa da soberania econômica nacional e de políticas setoriais de desenvolvimento, pareceu fortalecer-se mais no caminho da formação de alianças estratégicas não-tradicionais do que na produção a qualquer custo de acordos com parceiros de longa-data, como os Estados Unidos. As pressões dos EUA pela criação da ALCA não encontraram, dentro da diplomacia brasileira, uma estratégia interessada pela implantação do projeto de maneira equivalente. Pelo contrário, o Brasil mostrou-se mais empenhado pelo fortalecimento do Mercosul em contraposição aos acordos da ALCA. Como explica Paulo Roberto de Almeida (2004):

“O presidente Lula ressaltou diversas vezes a importância estratégica do Mercosul para o seu governo, no que poderia constituir uma espécie de base material para a união política da América do Sul. A região, nessa visão, deveria estar livre de influências externas, obviamente do grande irmão do Norte, e das limitações hegemônicas por ele impostas (notadamente no âmbito da Alca). O Mercosul atuaria, nesse caso, como uma fortaleza defensiva contra as investidas do império [...]”²⁴.

Ao longo de toda a análise, percebe-se que a opinião desfavorável à política externa tomada pelo governo segue, em linhas gerais, no sentido de perceber não só os Estados Unidos, mas todos os países negociadores da ALCA, como possíveis grandes mercados consumidores de produtos brasileiros. A crítica da opinião pública quanto ao abandono das negociações do bloco comercial tende a sinalizar que o Brasil perderia a chance de obter ganhos com o mercado, como a expansão do mercado consumidor.

Pode-se analisar, também, que a Alca não necessariamente precisaria ser vista como uma ameaça aos ideais do Mercosul. O Brasil poderia ter feito parte da Alca, enquanto mantivesse suas relações de regionalismo. Parceiros sempre são necessários, quando estes podem trazer-nos vantagem estratégicas, diplomáticas e comerciais.

Nessa linha, opiniões contrárias à ação do Itamaraty por várias vezes reverberaram na opinião pública. Em seu artigo intitulado “Precisa-se de mercados”, publicado na

²⁴ ALMEIDA, Paulo Roberto de. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 47, n. 1, p. 162-184, p. 173. June 2004 .

revista Exame, ainda em 2003, o jornalista Carlos Alberto Sardenberg sustenta, por exemplo:

“[...] É estratégico para o país lutar pela abertura comercial em qualquer foro internacional, seja na Organização Mundial do Comércio (OMC), na Área de Livre Comércio das Américas (Alca) ou em negociações com a União Européia. Preservar o Mercosul, a associação comercial com Argentina, Uruguai e Paraguai, tendo o Chile como agregado, também é prioridade, como tem insistido o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Mas é preciso reconhecer que o Mercosul é pequeno para as necessidades brasileiras. Do ponto de vista econômico, portanto, a ALCA é ou deveria ser um objetivo estratégico brasileiro.”²⁵

A entrevista do economista I. M. Destler, da Universidade de Maryland, para a revista Exame, em 2006, reitera essa posição e exemplifica a principal crítica à ação da política externa brasileira ao arrefecer as negociações para a ALCA:

“O Brasil conseguiu se estabelecer como líder global em comércio, o que é positivo. Por outro lado, o país está tentando se alinhar aos interesses de nações que estão menos prontas para abrir suas fronteiras. Com isso, o Brasil está perdendo a chance de obter ganhos em liberalização de mercados no curto prazo. É como se o país estivesse amarrando as próprias mãos.”²⁶

Já em 2005, o jornalista José Roberto Caetano escreve uma severa crítica ao apontar o que seriam discrepâncias entre o discurso lulista em que o Brasil se apresenta como a liderança do mundo em desenvolvimento e os poucos resultados práticos apresentados por essa diplomacia:

“No mundo fantasioso dos discursos, é como se o Brasil estivesse liderando a fatia mais pobre do planeta e extraíndo dos países ricos concessões cada vez mais vantajosas para os emergentes. Na vida real, porém, o que se vê é uma inacreditável sucessão de desencontros da diplomacia brasileira, até recentemente reconhecida pela competência [...]. Na prática, estacionaram as duas negociações de maior interesse para o país -- o acesso à União Européia e a formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) -- e nenhum avanço expressivo foi registrado em outras frentes. [...] A integração sul-americana é pretendida pelo governo Lula como forma de fazer frente à hegemonia dos Estados Unidos. Mas mesmo no âmbito do Mercosul as coisas andam complicadas.”²⁷

Em outra análise de Almeida (2007), diferenças institucionais e políticas travavam o Mercosul e mostravam que o grande projeto do Brasil havia falhado:

“O projeto mais ambicioso do Brasil, que era lograr a ampliação do Mercosul, como base tanto do exercício da liderança regional como da “resistência continental” à Alca, não conseguiu superar as mesmas dificuldades que já tinham paralisado o bloco desde a crise de 1999: diferenças de competitividade entre os membros e estruturas industriais não integradas e pouco

²⁵ “Precisa-se de mercados”. Revista EXAME, 24/10/2003.

²⁶ “O Brasil está de mãos atadas”. Revista EXAME, 06/09/2006

²⁷ Um país cada vez mais isolado. Revista EXAME. 04/10/2005

complementares continuam a impedir o pleno funcionamento da união aduaneira a partir de uma tarifa externa comum uniformemente aplicada por todos [...]. Na verdade, o Mercosul não possui, a exemplo da antiga Comunidade Econômica Européia, um *acquis communautaire* que sirva de base à construção progressiva de um mercado comum: as diferenças não são apenas institucionais, mas também de ordem política.” (ALMEIDA, 2009 p.p. 26 e 27)

Dificuldades

Esse projeto brasileiro de ser a liderança regional da América do Sul, ao buscar expandir e integrar mais o Mercosul, enquanto promovia “resistência continental” à ALCA, encontrou dificuldades. Não se conseguia formar uma união aduaneira porque não se chegava a um consenso do que seria uma tarifa externa comum válida para ser aplicada a todos os países membros, os quais apresentam estruturas industriais diversas, “não integradas e pouco complementares”. (ALMEIDA, 2007, p.p 19-20) De acordo com essa linha de opinião pública, a política externa brasileira de Lula e de Amorim, em favor prioritariamente de um Mercosul em detrimento de outras opções, tornava-se falida; não só por negligenciar outras oportunidades de negociações internacionais para o Brasil, mas por priorizar uma política de integração obsoleta e cheia de entraves por si mesma e por culpa de lapsos em suas próprias estruturas.

Diversos episódios exemplificaram, na imprensa, as derrotas da estrutura de trocas comerciais do Mercosul. Em 2005, a Argentina, em um ato de proteção à sua indústria nacional, repentinamente passou a impor cotas para a importação de diversos produtos industrializados brasileiros, como os de linha branca. Reverberações na opinião pública foram sentidas quase simultaneamente. A revista EXAME, ao entrevistar o professor J. F. Sombra Saraiva, da Universidade de Brasília, aponta seu argumento de que “a imposição argentina de cotas para produtos brasileiros [...] e a ameaça de adoção de salvaguardas comerciais indicam que o Mercosul foi construído sobre bases equivocadas” e que esses “conflitos expõem falência do modelo atual do Mercosul”.²⁸

Também o próprio Brasil agiu, quando lhe foi conveniente, de forma a proteger sua indústria em face do restante dos parceiros do bloco, como em 2009, ao revogar a exigência de licenciamento automático para as importações, levantando críticas dos

²⁸ Conflitos expõem falência do modelo atual do Mercosul. Revista Exame, São Paulo, 29/11/2005

governos argentino e uruguaio²⁹, e também críticas internas. Barreiras às importações, na visão de alguns parlamentares da oposição, seria “pânico de Lula com déficit comercial”, condenando o governo por recorrer a uma medida protecionista para conter as perdas no comércio exterior. Segundo o então deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR). Segundo ele, se a ideia era retaliar a Argentina pelas recentes, acabou-se por prejudicar o Mercosul como um todo. “Precisamos de planejamento de curto e longo prazos para enfrentar a crise e não de trapalhadas”³⁰.

Percebia-se que o sistema Mercosul não estava funcionando. O que reverberava na opinião pública à época era quanto à necessidade de o Brasil ampliar o seu espectro de parceiros. Isso será mostrado posteriormente. Justamente por isso, notou-se que grande parte da opinião pública contrária à ação do Itamaraty se mostrou favorável às negociações brasileiras na ALCA, algo que nunca ocorreu.

O fracasso dessas negociações se deveu mesmo ao fato de que, durante o governo Lula, esta nunca foi uma prioridade para a política externa. O Partido dos Trabalhadores sempre se apresentou contrário a esse projeto de integração, antes mesmo da eleição de Lula. Importavam, esses sim, o multilateralismo com inclinação anti-hegemonista e a dedicação para a ampliação do Mercosul como base da integração política na América do sul mantendo o Brasil sua posição de líder³¹. Almeida (2007) aponta que as escolhas do governo Lula em política externa foram as que mais se pareceram com as antigas opções políticas do PT³². E percebe-se claramente, ao longo da análise da política externa de Lula, a dicotomia entre “integrar mais o Mercosul”, e em “ceder às imposições dos EUA na ALCA”, como se a primeira estivesse em contraposição à segunda e fosse, ainda mais, uma alternativa para a segunda dentro dos moldes da orientação da política externa. Percebe-se o projeto Mercosul em embate com a política de aproximação brasileira aos EUA, em especial por meio da ALCA.

O Brasil na relação Venezuela-Mercosul

²⁹ “Governo da Argentina foi o primeiro a manifestar-se contrário às barreiras levantadas pelo Brasil” Valor Econômico. São Paulo, 29/01/2009

³⁰ “Para tucanos, barreira às importações é pânico de Lula com déficit comercial” Blog de Jamildo. Recife, 28/01/2009

³¹ ALMEIDA, Paulo Roberto de. O Brasil como ator regional e como emergente global. Estratégias de política externa e impacto na nova ordem internacional. *Cena Internacional*. Brasília: UnB-IREL, vol. 9, nº 1, 2007, p. 7

³² IDEM, p. 10.

Quanto à entrada da Venezuela no Mercosul, a maior parte da opinião pública avaliada mostrou-se contrária à ação da política externa brasileira, enquadrando-se na categoria desfavoráveis. Os principais argumentos expressavam-se no fato de o referido país poder atrapalhar a dinâmica do bloco ao apresentar, recorrentemente por meio de Chávez, um discurso antiamericano, que levaria possivelmente a uma politização do bloco, que em 2009 já se encontrava em crise. Além disso, em muito se questionou a capacidade que a Venezuela teria de integrar-se economicamente ao bloco, por apresentar, segundo se sustenta, uma economia dependente quase exclusivamente da exportação de petróleo (consequentemente tornando volátil a taxa desempenho econômico), uma política fiscal superexpansiva e uma política cambial desfavorável à indústria local.

As críticas fundamentaram-se, majoritariamente, em apontar que a postura brasileira de apoiar a entrada da Venezuela no Mercosul foi uma decisão de ordem muito mais política do que estratégica, muito mais voltada aos interesses do Partido dos Trabalhadores do que aos interesses nacionais brasileiros. Isso foi algo constatado ao fim da pesquisa, que sera retomado ao fim, nas conclusões. Algumas das críticas evidenciadas nos meios de comunicação avaliados foram caracterizadas por terem no discurso a suspeita de que Chávez teria um projeto de poder extremamente radical anti-americanista, e que era rechaçável, do ponto de vista estratégico que o Brasil se aliasse politicamente com um país que reverberava um discurso agressivo e obsoleto. O escritor peruano Mario Vargas Llosa, em entrevista para a IstoÉ, em 2006, opinou que:

“Lula tem pensando mais no G-20 e nas parcerias com China e Índia do que nos vizinhos. Não imaginou que a região fosse virar um problema. E abriu espaço para Chávez, que tem em caixa US\$ 50 bilhões, fruto do petróleo, para financiar seu projeto de poder. [...] O Brasil está preso num Mercosul que não serve para nada.³³”

Na mesma semana, a EXAME, em editorial a respeito da reportagem que a revista *The Economist* fez com o título “Chávez humilha Lula” explicita-se brevemente uma crítica ao aparente arrefecimento das negociações brasileiras em torno de algo realmente concreto:

“Entre as iniciativas (da política externa de Lula) esteve em pauta a de congelar as conversas em torno da Alca e apostar na Rodada Doha das negociações da Organização Mundial de Comércio, na qual o Brasil pretendia fortalecer sua posição ao negociar em bloco com outros emergentes. Porém,

³³ "Somos governados por idiotas" IstoÉ Dinheiro Online. São Paulo, 24/05/2006

com a rodada definindo, o país ficou sem muitas alternativas para ampliar seu espaço no comércio internacional.”³⁴

E finaliza com a crítica de que a direção para onde o Brasil caminhava como tentativa estratégica, tendo como aliada a Venezuela, não seria certa tampouco:

“O projeto de Chávez, no entanto, é muito diferente do brasileiro. Enquanto o Brasil deseja uma América do Sul unida, a Venezuela quer a divisão, ao rejeitar relações com países que estabeleçam acordos comerciais com os Estados Unidos. Segundo *The Economist*, o governo brasileiro permanece em silêncio diante da conduta de Chávez, e até o encorajou a entrar no Mercosul. A revista alerta para os riscos dessa conduta brasileira. Até recentemente, os líderes do Brasil pregavam a integração regional baseada na democracia, no respeito aos tratados e acordos, e na inserção do Mercosul no comércio internacional. Para *The Economist*, não é difícil concluir que essa visão foi sacrificada em nome de um « impulso pueril » para acolher todos os que pendem para a retórica populista do « anti-imperialismo ». « Por essa atitude, os brasileiros podem pagar um preço em breve » diz a revista.”³⁵

Quanto a “pagar um preço”, tal termo pode se referir ao fato de que atitudes de Chávez contrárias aos Estados Unidos poderiam até prejudicar interesses comerciais do bloco, ao impedirem a concretização ou ampliação de acordos com aliados americanos. Quanto ao aspecto da cláusula democrática do Mercosul, este foi o principal ponto batido pelos adeptos a essa linha de crítica. Ainda em 2007, a Folha de São Paulo publicou um editorial em que se consideravam já “impeditivos” os riscos econômicos e o custo político na admissão da Venezuela de Hugo Chávez como sócio pleno do Mercosul:

“É preciso discernir o episódico – a passagem de Chávez pelo poder do essencial – o Estado venezuelano –, diz o governo Lula. Aceitar a premissa é tapar os olhos diante da realidade. Desde sua ascensão, o chavismo atua, com sucesso, para subordinar as carcomidas instituições políticas, jurídicas e legislativas da Venezuela ao mando presidencial. Não está em jogo a continuidade de transações comerciais e parcerias pontuais com o vizinho, que têm agenda própria, em parte governamental, em parte empresarial. Debate-se a conveniência de conceder ao regime chavista, e não a uma Venezuela abstrata, o status de parceiro estratégico do bloco. A escalada autocrática de Chávez é notória, embora ocorra sem ruptura formal da democracia. Essa evidência já bastaria para recomendar o congelamento da admissão da Venezuela como sócio pleno.”³⁶

Semelhante retórica pôde ser percebida no editorial de O Estado de S. Paulo “O Mercosul ideologizado”:

“Nada impede o Mercosul de fazer negócios com outros blocos ou nações, mas o seu estatuto veda o ingresso de sócios que descumpram a sua cláusula democrática. É um grande sonho de Lula: um Mercosul expandido “da

³⁴ “Hugo Chávez humilha Lula, diz *The Economist*” Revista EXAME, 11/05/2006

³⁵ *Idem*

³⁶ “Em editorial, Folha de São Paulo diz que o melhor é dizer não a Chávez No Mercosul”. Blog de Jamildo. Recife, 26/11/2007

Patagônia ao México", passando pela Bolívia "e trazendo Cuba também". No caso do Mercosul, o primeiro problema é a clara intenção de Chávez de usar a entidade como plataforma para o seu antiamericanismo - como acabou de fazer - e para nela afirmar as suas aspirações hegemônicas movidas a petrodólares. É a ideologia do confronto Venezuelano de combate retórico ao "imperialismo dos estados unidos": [...] [o] Mercosul, (se) caminhando para a ideologização, será mais uma da infundável série de oportunidades desperdiçadas na América Latina, aprofundando o fosso que a separa do dinamismo econômico de outras áreas do mundo, fruto de trabalho duro e políticas realistas."³⁷

O Observatório da Imprensa publicou um editorial em resposta ao de O Estado de S. Paulo, defendendo a política externa de Lula ao declarar que a união dos países sul-americanos eram a forma que estes tinham de reagir às contínuas opressões sofridas pelos países do "centro", e culpa o protecionismo dos países Europeu na OMC pelo fracasso das negociações dos últimos anos do Mercosul com a União Europeia:

"Em seu editorial intitulado 'Mercosul ideologizado' (sexta, 25/7), o Estado de S. Paulo, a propósito da intenção de Lula, como presidente rotativo do mercado comum em construção na América do Sul, de ampliá-lo mediante participação de todos os países sul-americanos, do Caribe à Patagônia, inclusive Cuba, destaca que o moderno capitalismo se desenvolve ao largo de atitudes nacionalistas como as que pregam o presidente Hugo Chávez, da Venezuela, considerado, pelo Estadão, o próprio diabo em pessoa, patrocinador, em seu país, de métodos antidemocráticos, apesar de, sob a presidência dele, os venezuelanos terem se pronunciado democraticamente via plebiscito inúmeras vezes para aprovar a Constituição nacional e reformas políticas internas. Trata-se de miopia braba. O mais recente fracasso da rodada comercial de Doha ocorre justamente por conta de posições nacionalistas de países europeus, no âmbito da União Europeia, resistentes à abertura comercial. Impedem, dessa forma, que a produção agroindustrial mais competitiva dos países capitalistas periféricos, como o Brasil, se realize por meio das exportações. Como tais países não podem consumir o excedente interno por conta das contradições do próprio capitalismo, expressas na concentração de renda que produz insuficiência relativa de demanda global, historicamente, construída por meio da dominação colonial, entram, naturalmente, em parafuso, sendo obrigados, para sobreviver, a pensar, também, do ponto de vista da defesa do seu mercado."³⁸

De dentro do Congresso brasileiro, reverberaram, também, opiniões nas mesmas linhas de conteúdo de discurso para a imprensa.³⁹ Em 2007, então deputado Roberto Magalhães (DEM-PE) proferiu-as de maneira até mais dramática, com direito a especulações até sobre Castro:

"[...] Não faltam brasileiros de visão que sabem que o populismo de esquerda com viés autoritário se alastra pela América Latina. A opinião pública percebe que o "Bolivarianismo" ditatorial de Hugo Chávez já exerce clara ascendência

³⁷ O Mercosul ideologizado. O Estado de São Paulo, 25/07/2006

³⁸ "Defesa esquizofrênica de interesses alienígenas". Observatório da Imprensa. Ed. 362, 01/08/2006

³⁹ Mais exemplos importantes se encontraram em: "DEM reage a disparate de Lula, repudia sua aliança com Chávez e denuncia tentativa golpista". Blogs da Veja, 15/11/2007

"Maluf é contra entrada da Venezuela no Mercosul porque acha Chávez reprovável". O Povo – CE 12/11/2007

sobre a Bolívia e Equador, e alguma influência noutros países do Continente. [...]” O ingresso da Venezuela no Mercosul dará ao sucessor de Fidel Castro, no Continente, o que ele mais deseja: a presença simultânea em dois blocos de países, o Andino e o do Sul.”⁴⁰

É fato que também reverberaram do Parlamento visões positivas à política de acolhimento à Venezuela no Mercosul. Em 2009, Dra Rosinha, deputada do PT no Paraná, escreveu uma coluna no Jornal O Globo ressaltando que havia a necessidade de maior tolerância por parte das lideranças oposicionistas com a Venezuela:

“[...] a visão integracionista falta a algumas das lideranças do Mercosul e, no caso específico, àqueles que se opõem à entrada da Venezuela no bloco. Algumas lideranças políticas do Brasil argumentam que a Venezuela não seria um país “democrático”, e que, por isso, não poderia estar no Mercosul. Estranha alegação, pois desde que Chávez está no governo foram realizadas, entre eleições, referendos e plebiscitos, 14 consultas populares — alguns impuseram inclusive derrotas ao presidente. No momento em que vivemos uma das maiores crises econômicas da história, torna-se ainda mais importante a integração econômica, política e social dos Estados e dos povos. Neste cenário, a ampliação do Mercosul, com a entrada da Venezuela, torna-se fundamental [...]. Defendo a incorporação da Venezuela ao Mercosul. Precisamos levar em consideração os interesses maiores e de longo prazo dos Estados, e não as idiosincrasias políticas de curto prazo, de governos específicos.”⁴¹

No mesmo ano, outra importante crítica em favor da união estratégica da América do Sul no cenário de crise econômica, agora no cenário da Unasul, apresentou-se no Valor Econômico:

“O estreitamento do Mercosul com a Unasul pode permitir o reforço de acordos supranacionais que agilizem a integração produtiva e comercial entre os países, esvaziando a subordinação das trocas para com os países desenvolvidos atualmente em recessão. Estão os governos da região conscientes da oportunidade histórica de renovação latino-americana?”⁴²

A Carta Capital relatou, por meio de um artigo de Gabriel Bonis, uma interpretação de que possuía o Brasil uma visão mais pragmática da aproximação com a Venezuela no Mercosul e carregava um viés bem otimista dessa aproximação. Nessa abordagem, o interesse pela aproximação brasileira com a Venezuela no âmbito do Mercosul nasce do interesse brasileiro pelo mercado consumidor venezuelano e as reservas de petróleo daquele país, contrariando a maioria das opiniões tendentes a ligar a relação do Brasil com a Venezuela como sendo resultante de amizades políticas e aproximações ideológicas:

⁴⁰ Discurso proferido pelo deputado federal Roberto Magalhães, DEM/PE. Blog de Jamildo - Recife – PE 05/11/2007

⁴¹ “Tolerância”. O Globo. Rio de Janeiro, 03/01/2009

⁴² “Enfrentando a crise como oportunidade”. Valor Econômico. São Paulo, 22/01/2009

“[...]No Brasil, o governo é acusado de agir ideologicamente. [...] Analistas ouvidos por CartaCapital, entretanto, avaliam que a entrada da Venezuela no Mercosul tem um fundo estratégico para o Brasil, e não político - o que poderá ajudar a revitalizar o bloco.

Mais do que o "socialismo do século XXI" defendido por Chávez, interessam ao Brasil e ao Mercosul os aspectos econômicos da Venezuela, notadamente seus 30 milhões de consumidores e sua capacidade de gerar energia. A Venezuela é dona das maiores reservas de petróleo cru do mundo, com 296,5 bilhões de barris, contra 264,5 bilhões da Arábia Saudita. Esses fatores precisam ser levados em conta e colocados acima da questão ideológica. “A decisão (de aceitar a Venezuela no Mercosul) foi obscurecida por estar ligada ao governo Chávez, mas ele eventualmente vai deixar o comando do país, e não se pode confundir interesse de médio a longo prazo com o chavismo”, diz o economista Roberto Teixeira da Costa, presidente da Câmara de Arbitragem da Bolsa de Valores de São Paulo. Costa critica a forma como a Venezuela foi inserida no Mercosul, mas avalia que o país agrega muito ao bloco e será capaz de revitalizá-lo. “A Venezuela gera energia e renda. Vai ter necessidade de consumir e o Mercosul terá uma condição de ser fornecedor importante de bens, produtos industriais e serviços, como empresas multinacionais”, afirma. Ao fortalecer o Mercosul, a Venezuela estará também fortalecendo a posição do Brasil. O bloco foi criado, sobretudo, para afirmar as relações de Argentina e Brasil, as duas potências regionais sul-americanas. Com o passar do tempo, o Brasil se tornou o país mais importante da América do Sul e a Argentina tem perdido espaço, num momento no qual outros países ganham relevância, como a Colômbia. Soma-se a isso, o crescente interesse comercial de Estados Unidos e China na região.

[...]

O comércio brasileiro com a Venezuela em 2011 somou cerca de 5,85 bilhões de dólares, com saldo positivo acima de 3,3 bilhões de dólares. Segundo a Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Venezuela, os produtos manufaturados representaram 55,1% das exportações brasileiras ao país caribenho. Com o Mercosul, a troca comercial também é significativa. No último ano, foi de mais de 4,6 bilhões de dólares com balança positiva de cerca de 1,8 bilhão para o bloco. Mas apenas Brasil e Argentina possuem saldo positivo nesta relação. Justamente os países com indústria mais forte do bloco. Uruguai e Paraguai estão no negativo, principalmente porque dependem do petróleo venezuelano. De acordo com dados do Banco Mundial de 2010, o bloco soma agora quase 3 trilhões de dólares em PIB, em um mercado consumidor de 274 milhões de pessoas.” (BONIS, 2012)

A visão mostrada pela CartaCapital defende que a entrada da Venezuela no Mercosul não é um resultado de articulações e alianças políticas, mas uma possibilidade estratégica brasileira para o comércio regional e para ganhos políticos. Também, no artigo, foi mencionada a necessidade de o Brasil liderar o projeto de integração venezuelana para evitar que haja polarização naquele país sobre a entrada do bloco, além de garantir a supervisão de que a Venezuela cumpra com suas obrigações como qualquer outro estado-membro no processo de adequação às normas conjuntas do arranjo regional. É uma visão otimista, que explora muitos dos potenciais do Mercosul à época.

O Mercosul tinha muitos potenciais. Se seus membros conseguissem se coordenar para estabelecer uma tarifa comum de importação, para que efetivamente reduzissem barreiras de comércio entre seus estados membros para compensar pelo tamanho de suas economias, acredita-se que os países poderiam atingir grandes economias de escala. Quando se analisa pela ótica econômica e se vai um pouco mais adiante, ousa-se dizer, ainda, que o aumento de demanda agregada também poderia ajudar na criação de tecnologias apropriadas para o desenvolvimento apropriado da estrutura econômica dos países membros. (SPERO, HART; 2010 p. 196)

Blocos econômicos têm proliferado desde a consolidação da BELENUX, em 1944. A integração econômica tem sido a tendência do comércio internacional desde o pós-guerra (SPERO, HART; 2010). Com PIB total de mais de US\$ 1 trilhão, O Mercosul transformou-se em um grande polo de investimentos externos. Seu setor industrial destaca-se entre os países em desenvolvimento; sua região é uma grande reserva de recursos naturais, possui mercado consumidor significativo, de mais de 260 milhões de habitantes (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2012), uma grande extensão territorial e um PIB que à época chegava aos 2.2 milhões de dólares (WORLD BANK, 2010).

Nesse sentido, o Mercosul seria considerado um bloco sólido, cuja importância seria reconhecida para o desenvolvimento comercial da América do Sul, o que inclui a ampliação das perspectivas de desenvolvimento econômico da região. Mas o MERCOSUL, pelo que se analisou em parte da opinião pública registrada, pareceu travado em problemas concernentes à sua própria estrutura, como a falta de uma tarifa comum de importação entre seus países. Muito foi falado, permeando o assunto da Venezuela, a respeito desses “entraves” estruturais, e também quanto ao fato de o Brasil parecer impedido de negociar com outros países, por só poder se relacionar em bloco, conforme cláusula do Mercosul.

A própria interpretação que o Brasil apresenta em sua retórica de política externa, a de usar o Mercosul para se blindar dos interesses das grandes potências e como ponto de partida para a ação em favor dos países em desenvolvimento, é um discurso que aproxima o país das parceiras regionais em detrimento do multilateralismo global. O Mercosul, devido à grandiosidade de sua pauta de comércio exterior, teria de realizar

acordos que lhe aumentassem as opções e a bem equilibrada distribuição de seu relacionamento internacional.

Questionamentos quanto à funcionalidade do Mercosul

Muito era discutido, no meio de toda a questão da entrada da Venezuela, a questão da liderança brasileira na América Latina os próprios propósitos da existência do Mercosul. Ao fazer um balanço do primeiro mandato do presidente Lula no quesito política externa, um artigo a Revista Exame avalia:

“O professor Amâncio Jorge de Oliveira, do Centro de Estudos das Negociações Internacionais (Caeni) da Universidade de São Paulo, diz que as sinalizações ambíguas do Uruguai (que chegou a dizer que sairia do Mercosul); a prepotência de Hugo Chávez, graças ao poder do petróleo venezuelano; e agora, o nacionalismo de Evo Morales mostram que, na verdade, o problema é mais complexo do que a falta de liderança. "A América do Sul carece de uma coordenação. As linhas políticas não convergem. Num cenário como esse, é impossível falar em liderança", diz o professor da USP.”⁴³

Para que o Mercosul conseguisse funcionar adequadamente, seria necessária, urgentemente, a criação de tarifas comuns a todos os membros, além da adoção de uma mesma política comercial. Muitos países adotam taxas de importação mais altas ao Brasil, por ser um país dotado de um parque industrial mais desenvolvido. Isso diminui os nossos potenciais ganhos com o comércio.

Nenhum país em desenvolvimento deveria se isolar da economia internacional. O Brasil poderia ter se aproveitado dos benefícios das políticas viradas para o exterior que aproveitam as possibilidades do comércio internacional com a ALCA e dos fluxos de capital que o acordo trouxesse. No entanto, ligar-se à economia mundial é também se expor a choques externos - ou seja, é experienciar distúrbios econômicos originados em eventos fora do país. Lidar com tais choques externos é frequentemente o teste mais crucial que os formuladores de políticas enfrentam nos países em desenvolvimento. (KRUGMAN in DORNBUSCH; HELMERS, 1991)

Os países podem fornecer subsídios para a produção manufatureira em geral, ou poderiam concentrar seus esforços em subsídios para a exportação de alguns bens manufaturados nos quais eles acreditam que podem desenvolver uma vantagem

⁴³ Caos político na América do Sul não comporta uma liderança regional. Revista Exame – SP 04/05/2006

comparativa. Na maioria dos países em desenvolvimento, no entanto, a estratégia básica para a industrialização tem sido desenvolver indústrias voltadas para o mercado interno, usando restrições comerciais como tarifas e cotas para incentivar a substituição de produtos importados por produtos domésticos. O Mercosul teria a idéia de liberalizar tarifas para a importação de produtos que por natureza já seriam sempre protegidos. Talvez, por isso, nunca fosse dar certo. A Revista Exame publica um artigo intitulado “10 razões para enterrar o Mercosul”⁴⁴, sustentando que o bloco é uma “obra de ficção”; um palanque para retórica antiamericanista e que jamais conseguiu chegar em um consenso sobre aquilo que transformaria o Mercosul numa zona de livre-comércio de fato, a política comum de tarifas de importação, e que é difícil conciliar os interesses dos integrantes. Entre outros pontos, como a crítica ao cumprimento dos calendários, e a criação de cotas e restrições de alguns membros a produtos de outros membros como sendo prática recorrente, o artigo sustenta que o Mercosul dificulta acordos brasileiros com os Estados Unidos e a União Européia, e que o Brasil, “grande demais para o Mercosul” teria muito mais a ganhar se fizesse acordos, separadamente, com economias maiores. A principal crítica à diplomacia brasileira é transcrita como:

“[...]O Mercosul tem uma essência política e ideológica. Mas lhe falta o principal: lógica econômica e de negócios. [...] A diplomacia brasileira está acima dos interesses comerciais. Cego por seu projeto de erguer o Mercosul a qualquer custo, o governo brasileiro tem aceitado todas as condições impostas pelos sócios, em especial a Argentina. ⁴⁵O caso mais recente foi a aprovação, em fevereiro, do Mecanismo de Adaptação Competitiva (MAC). Verdadeira aberração num bloco de livre-comércio, esse instrumento permite a elevação do protecionismo em setores específicos e foi criado basicamente para atender aos interesses dos argentinos. [...]. O que chama a atenção no Mercosul, porém, é que o atual governo aceita a maior parte das restrições comerciais impostas pela Argentina -- que vão contra a própria ideia de livre-comércio -- sem exigir contrapartidas.”

Além disso, o artigo sustenta que o bloco teria perdido sua credibilidade diversas vezes, com a desmoralização, por exemplo, do cronograma de integração da união aduaneira, tantas vezes prorrogado ao longo dos anos e que já deveria estar em vigor

⁴⁴ 10 razões para enterrar o Mercosul. Revista Exame. São Paulo, 27/07/2006

⁴⁵ Mesma crítica pode ser percebida em: “Melhor ir atrás do que é certo”, Revista EXAME, 13/08/2008, especialmente em:

No grande plano do Itamaraty, para salvar o Brasil através da reorganização do globo terrestre, a Argentina foi escolhida para exercer um papel essencial, pois sem ela não existe o Mercosul - e o Mercosul, na visão da atual diplomacia brasileira, é a coisa mais importante que aconteceu nas relações comerciais entre o Brasil e o resto do mundo desde a abertura dos portos por dom João VI. Nunca deu certo. Seja qual for o governo presente em Buenos Aires, o Brasil só leva na cabeça. Como poderia haver um entendimento melhor, pensando bem, quando justo agora, quando o Brasil se empenha na OMC em defender as exportações agrícolas do Mercosul, a prioridade do governo da presidente Cristina Kirchner é guerrear contra os próprios exportadores argentinos de alimentos? Assim fica difícil[...].”

desde 2001. O descumprimento de prazos teria sido algo a pôr em xeque a seriedade e a confiabilidade do bloco.

Ao se analisar as idéias presentes na opinião pública nos meios de comunicação presentes, foi possível indicar que parte dessa opinião, considerada favorável à política externa de Lula, foi geralmente identificável ideologicamente com o Partido dos Trabalhadores. Foi parte da opinião pública que reverberou do Congresso Nacional e saiu de políticos filiados ao partido, o ou a aliados, e a algumas revistas. A opinião pública considerada desfavorável à ação governamental em política externa, por seu lugar, tende a apresentar uma defesa de argumentação mais técnica e afinada com linhas gerais mais tradicionalmente presentes na Política Externa Brasileira, como as de Universalismo e Pragmatismo Estratégico.

Conforme Lessa (1998), O Universalismo presa pelo “acervo de contatos bilaterais e a diversidade desses contatos, espalhados pelos cinco continentes, expressos em laços mais ou menos efetivos entre sociedades aproximadas por circunstâncias políticas, econômicas e culturais” (LESSA, 1998 p. 29). É a multiplicidade de atores com os quais o Brasil se relaciona dentro de sua política externa. Uma linha de argumentação que defende o universalismo tende a advogar por uma atuação mais multilateral do Brasil, em detrimento do foco estrito em projetos regionais ou para certos grupos, principalmente quando o conceito de Universalismo está atrelado o de Pragmatismo Estratégico.

O Pragmatismo Estratégico, ou apenas Pragmatismo, para Lessa, é aquilo que tem induzido a Política Externa Brasileira, ao longo de sua história, “a uma adequação dos interesses nacionais aos constrangimentos internacionais”; ou seja, “tem permitido a compatibilização da universalidade com a capacidade de articulação concreta, de modo a tornar operacional o acervo de relações multilaterais brasileiras. O universalismo, quando pragmático, tem permitido a escolha de parceiros preferenciais para ganhos concretos do Brasil”. (LESSA, 1998 p. 3) O pragmatismo tem sido justamente o instrumento utilizado pelos tomadores de decisão na política externa brasileira para julgar as realidades, as possibilidades brasileiras para elas e as decisões quanto à investida de ação.

O eixo regional sul-americano é profundamente priorizado pelo Brasil, sendo a América do Sul a sua área de interesse imediato nas suas relações internacionais; no entanto, no contexto de estagnação e da evidência de problemas estruturais do Mercosul,

a opinião pública contrária à agenda governista mostra que se deve avaliar até que ponto ele é inquestionável e intocável. Contesta-se até que ponto a integração regional deveria ser feita a qualquer custo, em nome de qualquer ideologia ou projeto político, ao passo que existem outros projetos potenciais como a ALCA sendo deixados de lado, ou negociações bilaterais com outros países em potencial sendo travadas pelo Mercosul.

Conclusão

A opinião pública brasileira se expressou de modo freqüente nos meios de comunicação pesquisados quanto aos rumos do relacionamento do Brasil com o Mercosul, tanto naquilo que o bloco representa como aliança por si mesma e quanto aos seus instrumentos, seus entraves, seus potenciais, sucessos e dificuldades; como as relações desde bloco com outros acordos, como a ALCA; a relação do bloco com outros países e blocos, como a União Européia; e a relação do bloco dentro de outros instrumentos como a Organização Mundial do Comércio, ao longo do governo do presidente Lula, no qual a política externa esteve sob comando do ministro Celso Amorim.

As correntes de opinião observadas na opinião pública tendem a ser consistentes com a posição política do Partido dos Trabalhadores, quando favoráveis, e justificadas, em tudo que se manifestam, nas bases da estratégia de cooperação Sul-Sul, na busca por um desenvolvimento autônomo, na necessidade de priorizar as relações com os vizinhos enquanto parceiros estratégicos, os quais são exatamente pontos trabalhados na política externa de Lula-Amorim. A Carta Capital se manifestou de forma independente em certos editoriais, mostrando estratégias de política externa técnicas e ganhos potenciais de situações nas quais a diplomacia brasileira pôde agir em face da Venezuela no Mercosul.

Quando desfavoráveis, as correntes de opinião pública geralmente tendem a exibir a preferência por uma inserção internacional brasileira menos regional e mais universalista; especialmente menos política e muito mais estratégica; e afirmar a necessidade de o Brasil abrir-se economicamente, tanto por meio do Mercosul como unilateralmente, a negociações com parceiros tradicionais da diplomacia brasileira, como a União Europeia e os Estados Unidos. Isso inclui recorrentemente criticar os

instrumentos políticos e os fenômenos que inviabilizaram as rodadas de negociações das cúpulas Mercosul-UE e as negociações da ALCA, por exemplo.

Quanto à metodologia, percebeu-se que a relação entre opinião pública e política externa era menos mútua do que se esperava. Avaliou-se que sim, a política externa sofre avaliações por parte da opinião pública, esta reverberada nos meios de comunicação. No entanto, a opinião pública demonstrou papel menor em formar a agenda de política externa pelo que foi possível observar neste trabalho. O que se observou é que ela refletiu, muito mais do que foi agente causadora de ação na política externa. Dentro das análises de Alden e Aran (2012), foi formada, neste trabalho, uma nova categorização: a decisão é tomada por meio de um comitê, por meio da própria burocracia governamental, representada por meio de seus ideais. Neste caso, os ideais eram os ideais do Partido dos Trabalhadores, como aponta Almeida (2004).

Dessa forma, a opinião pública pouco poder tem de atuar sobre a agenda da política externa desse pequeno grupo de influência, ligado à burocracia. Esse grupo tomava decisões de política externa que refletiam a primazia de preocupações do interesse do Partido dos Trabalhadores, sendo o Poder Executivo como o grande dono do poder de decisão. Por meio dessa análise de Alden e Aran (2012), aparada pela construção argumentativa de Krasner (IDEM), analisa-se política externa como produto de uma decisão de gabinete tomada por uma elite estatal composta por seus próprios interesses. O partido político pode controlar as burocracias à sua disposição, afinal de contas, o presidente escolhe a maior parte dos jogadores e monta as regras. Essas regras dominarão as forças políticas tomadoras de decisão. (ALDEN; ARAN, p. 35.)

Como já citado anteriormente, Paulo Roberto de Almeida menciona que os interesses do Partido dos Trabalhadores estão associados de forma muito clara à diplomacia de Lula:

“[...] A política externa do governo Luiz Inácio Lula da Silva é, provavelmente, a vertente da atividade governamental que mais reflete as antigas propostas e as posições tradicionais do Partido dos Trabalhadores. [...] É nas relações exteriores e na sua política internacional que o governo do presidente Lula mais se parece com o discurso do PT. Não há, nessa afirmação, nenhuma revelação inédita para o observador bem informado, nem constitui ela uma elaboração analítica dotada de grande originalidade: trata-se de um fato corroborado por uma simples observação jornalística do ativismo diplomático exibido desde o início do governo Lula.” (ALMEIDA, 2004 p.162)

Dessa forma, percebe-se que o perfil de Lula enquadra-se no perfil burocrático do decisor de política externa, cujas pautas tenderão a ser voltadas para aquelas que surgirem

de dentro do partido e de lideranças políticas, não de vozes da opinião pública, diferentemente do que se tem no ambiente pluralista, primeiramente nosso nível de análise. É interessante perceber, também, que dentro das dimensões de variabilidade individual que definem os termos em que indivíduos processam informações e são influenciados pela mídia, segundo Shapiro e Jacobs (2010), atitudes políticas e afiliações com partidos políticos determinam como as pessoas olham para o mundo e suas percepções da realidade, mesmo que elas contradigam os fatos objetivos. (SHAPIRO; JACOBS, 2010, p. 11). Interpretando os fatos à recente pesquisa, a visão dos autores corrobora com o fator de no cenário analisado serem os apoiadores do governo aqueles próprios pertencentes a ele.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDEN, Chris; ARAN, Amnon. *Foreign policy analysis: new approaches*. London and New York: Routledge, 2012

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula*. Rev. Bras. Polít. Int., Brasília, v. 47, n. 1, p. 162-184, 2004.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *O Brasil como ator regional e como emergente global: estratégias de política externa e impacto na nova ordem internacional*. Cena Internacional, vol. 9 nº 1, 2007.

AMORIM, Celso. *Brazilian Foreign Policy under President Lula (2003-2010): an overview*. Rev. Bras. Polít. Int. Brasília, v.53 (special edition): 214-240, 2010

BATISTA JR, Paulo Nogueira. *A Alca e o Brasil*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 267-293, Aug. 2003

BCC. Hélder Guimarães. "Amorim reafirma crítica à proposta dos EUA para a Alca". Tóquio, 14 de fevereiro, 2003.

BERNAL-MEZA, Raúl. *International Thought in the Lula Era*. Rev. Bras. Polít. Int. 53(special edition): 214-240,2010.

BONIS, Gabriel. *Entrada da Venezuela no Mercosul é mais econômica que política*. CartaCapital. 08/07/2012. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/internacional/entrada-da-venezuela-no-mercosul-e-mais-economica-que-politica>, acesso em 8/05/2018

CERVO, Amado L. *Brazil's Rise on the International Scene: Brazil and the World*. Rev. Bras. Polít. Int. 53 (special edition): 7-32 [2010]

DEUTSCH, Karl. *Análise das Relações Internacionais*. Brasília: Ed UnB 1982, p.405. apud MANZUR, Tânia M. P. G. *Interesse Nacional, Idealismo e Realismo na política exterior norte-americana: um falso embate? O debate entre Woodrow Wilson e Theodore Roosevelt nas eleições de 1912*, mimeo, p. 5.

DORATIOTO, Francisco; VIDIGAL, Carlos Eduardo. *História das Relações Internacionais do Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

DORNBUSCH, R.; HELMERS, F. L. C. H. *The Open Economy: tools for policy makers in developing countries*. Oxford University Press. 4th ed. 1991.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*, 22 ed., São Paulo: Editora Nacional, 1987.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. "World Economic Outlook Database". Abril 2012. Disponível em <
<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2012/01/weodata/weorept.aspx?sy=2011&ey=2011&scsm=1&ssd=1&sort=subject&ds=.&br=1&pr1.x=64&pr1.y=12&c=213%2C223%2C288%2C298%2C299&s=NGDPD%2CNGDPDPC%2CPPPGDP%2CPPPPC%2CLP%2CBCA&grp=0&a>
=>acesso em 28/05/2018

KRUGMAN, P. *External Shocks and Domestic Policy Responses in* DORNBUSCH, R.; HELMERS, F. L. C. H. *The Open Economy: tools for policy makers in developing countries*. Oxford University Press. 4th ed. 1991

LAFER, Celso. *Novas dimensões da Política Externa Brasileira, 1987. Dilemas e desafios da Política Externa Brasileira*. Estudos Avançados, São Paulo, vol. 14, no. 38, p. 260-267, 2000.

LEHER, Roberto. *Alca: Uma Estratégia Imperialista no Século XXI*. REVISTA OUTUBRO, N. 9, 2003.

LESSA, Antônio Carlos. *A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais*. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 41, p. 29-41, 1998

LESSA, Antonio Carlos. *Brazil's strategic partnerships: an assessment of the Lula era (2003-2010)*. Rev. Bras. Polít. Int. 53 (special edition): 214-240 [2010].

LIPPMANN, Walter. *Public Opinion*. Renaissance Classics, 2012 [1922]

MANZUR, T. M. P. G. . *Opinião Pública e Política Exterior do Brasil (1961 - 1964)*. 1. ed. Curitiba, Paraná: Editora Juruá, 2009.

MARCHETTI, Bruno; *Início de uma política externa ativa e ativa in* MARINGOTI, G. et al. *2003 – 2013 Uma Nova Política Externa. Tubarão: Editora Copiart, 2014.*

OLIVEIRA, Amâncio Jorge S. N. de. *O papel da coalizão empresarial brasileira e as negociações da ALCA*. São Paulo: Departamento de Ciência Política da FFLCHUSP, 2003 (Tese de doutorado).

PECEQUILO, Cristina S. *A New Strategic Dialogue: Brazil-US Relations in Lula's Presidency (2003-2010)*. Rev. Bras. Polít. Int. 53 (special edition): 132-150 [2010]

PEREIRA, José Maria Dias. *Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil*. CADERNOS do DESENVOLVIMENTO, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, p.121-141, jul.-dez. 2011

SALOMON, Mônica; PINHEIRO, Letícia. *Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos*. Rev. bras. polít. int., Brasília, v. 56, n. 1, p. 40-59, 2013

SARAIVA, Mírian G. *Brazilian foreign policy towards South America during the Lula Administration: caught between South America and Mercosur*. Rev. Bras. Polít. Int. 53 (special edition): 214-240 [2010].

SHAPIRO, Robert Y.; JACOBS, Lawrence R. *The Oxford Handbook of American Public Opinion and The Media*. Oxford University Press, 2010.

SPERO, J. E.; HART, J. A. *The Politics of International Economic Relations*. 7ª edição Boston, MA: Wadsworth Cengage., 2010 (2003)

VIGEVANI, Tullo et al . *O papel da integração regional para o Brasil: universalismo, soberania e percepção das elites*. Rev. bras. polít. int., Brasília , v. 51, n. 1, p. 5-27, 2008 .

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. *Política Externa Brasileira: a busca da autonomia, de Sarney a Lula*. São Paulo: UNESP 1o Ed. São Paulo, Editora Unesp, 2011

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. *A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação*. Contexto int., Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 273-335, Dec. 2007

VIGEVANI, Tullo; MARIANO, Marcelo. *A ALCA e a política externa brasileira*. São Paulo: Cadernos CEDEC nº 74, agosto de 2005.

VISENTINI, Paulo G.; SILVA, André Luiz R.. *Brazil and the Economic, Political, and Environmental. Multilateralism: the Lula years (2003-2010)*. Rev. Bras. Polít. Int. 53 (special edition): 54-72 [2010]

WORLD BANK. *World Development Indicators database*, World Bank, 1 July 2011.
Disponível em: <https://siteresources.worldbank.org/DATASTATISTICS/Resources/GDP.pdf>
Acesso em 30/05/2018